

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .. ... .. .	19
A — O vínculo hierárquico	20
B — O vínculo salarial ...	27
TÍTULO I	
<i>DIREITOS E GARANTIAS DO FUNCIONÁRIO</i>	33
CAPÍTULO I	
<b>A SITUAÇÃO ESTATUTÁRIA DO FUNCIONÁRIO</b>	35
SECÇÃO I	
<i>O estatuto geral</i> ... .. .	37
§ 1. A reorganização depois de 1945 ... .. .	37
A — O regulamento de 9 de Outubro de 1945 ...	37
B — A unidade do regulamento: uma democrati- zação parcial ... .. .	38
C — A lei de 19 de Outubro de 1946 ... .. .	40
D — O alcance do estatuto ... .. .	41
§ 2. As modificações de 1959 ... .. .	41
A — A nova repartição entre o domínio regula- mentar na Função Pública ... .. .	42
B — Concepção restritiva das garantias fundamen- tais... .. .	43

<b>SECÇÃO II</b>	
<i>As situações derrogadas ou independentes</i> ... ..	45
§ 1. As situações derrogadas: os estatutos particulares	45
A — A manutenção da situação legal e regulamentar... ..	45
B — A diversificação das situações particulares ...	45
C — O controlo das derrogações ... ..	47
§ 2. Os estatutos independentes: os estatutos especiais	47

<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>OS MODOS DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>49</b>

<b>SECÇÃO II</b>	
<i>Os elementos em presença</i>	49
§ 1. O poder hierárquico	49
§ 2. As forças sindicais	50

<b>SECÇÃO II</b>	
<i>Os órgãos de gestão da Função Pública</i> ... ..	51
§ 1. Os órgãos de decisão ... ..	51
A — Os órgãos do executivo... ..	51
B — A Direcção-Geral da Administração e da Função Pública ... ..	53
§ 2. Os organismos centrais de consulta ... ..	53
A — Consulta e concertação .. ..	53
B — O Conselho Superior da Função Pública ...	55
§ 3. Os organismos paritários de base ... ..	59
A — As comissões administrativas paritárias ... ..	59
B — As comissões técnicas paritárias ... ..	66

<b>SECÇÃO III</b>	
<i>Modalidade de gestão</i> ..	70
§ 1. O corpo ... ..	70

A — A noção de «corpo» ... ..	70
B — A noção de «categorias» ... ..	70
§ 2. Graus e lugares ... ..	72
A — Distinção entre grau e lugar ... ..	72
B — Preciões acerca da noção de grau	73

### CAPÍTULO III

O ACESSO À FUNÇÃO ... ..	75
--------------------------	----

### CAPÍTULO IV

A CARREIRA DO FUNCIONÁRIO	77
---------------------------	----

#### SECÇÃO I

<i>Modos de progressão na carreira...</i>	77
---	----

#### SECÇÃO II

<i>A promoção</i> ... ..	80
--------------------------	----

§ 1. As medidas preparatórias da promoção ... ..	80
--	----

A — A técnica das notas ... ..	80
B — O contencioso da classificação ... ..	82

§ 2. As modalidades de promoção ... ..	84
--	----

A — Subida de escalão ... ..	84
B — A subida de grau ... ..	85
C — A promoção interna ou «promoção social»	86

§ 3. A nomeação ou integração no novo grau ...	87
--	----

§ 4. O trabalho a tempo parcial ... ..	90
--	----

A — A lei de 1970... ..	90
B — A aplicação da lei ... ..	90

#### SECÇÃO III

<i>As situações administrativas</i> ... ..	92
--	----

§ 1. As situações administrativas normais	93
---	----

A — A situação de actividade ... ..	93
B — A transferência ... ..	94
C — As licenças ... ..	96

§ 2. As situações excepcionais ... ..	104
A — A deslocação... ..	104
B — A disponibilidade ... ..	108
C — A situação «fora do quadro» ... ..	108
D — A licença sem vencimento... ..	109
E — A mobilização ... ..	109

## CAPÍTULO V

<b>A CESSAÇÃO DEFINITIVA DE FUNÇÕES.</b>	<b>113</b>
--	------------

### SECÇÃO I

<i>A cessação administrativa de funções</i> ... ..	113
§ 1. A demissão ... ..	113
A — Condições da demissão ... ..	113
B — Efeitos da demissão ... ..	114
§ 2. O despedimento ... ..	115
A — Despedimento por supressão do lugar ... ..	115
B — Despedimento por incapacidade profissional	115
§ 3. O abandono do lugar ... ..	116

### SECÇÃO II

<i>A cessação normal de funções — passagem à reforma</i>	116
§ 1. Passagem à reforma por limite de idade ... ..	116
§ 2. Efeitos da admissão à pensão ... ..	118
A — Laços que continuam a vigorar ... ..	118
B — Obrigações que pesam sobre o antigo funcionário ... ..	119

### SECÇÃO III

<i>As pensões</i> ... ..	119
A — O regime das pensões de reforma ...	119
B — A noção de «necessidade a satisfazer»	119
C — A noção de «seguro» ... ..	120

## CAPÍTULO VI

### OS DIREITOS SINDICAIS ... ..

#### SECÇÃO I

*As organizações profissionais* ... ..

- § 1. Elementos de história ... ..
- A — Sindicalismo dos funcionários e movimento sindical ... .. 126
  - B — O sindicalismo dos agentes públicos ... .. 129
- § 2. O sindicalismo nos nossos dias ... ..

#### SECÇÃO II

*A liberdade sindical* ... .. 136

- § 1. A liberdade de filiação ... .. 136
- A — O reconhecimento do direito sindical ... .. 136
  - B — O exercício dos direitos sindicais ... .. 138
- § 2. Os direitos das organizações sindicais ... .. 140
- A — Condições de existência... .. 140
  - B — Os representantes sindicais... .. 144

#### SECÇÃO III

*Dados gerais acerca do direito à greve* ... .. 149

- § 1. A aceitação forçada do direito à greve ... .. 149
- A — Da greve-delito à greve-direito ... .. 151
  - B — Licitude e efeitos da greve ... .. 156
- § 2. As limitações ao direito à greve ... .. 158
- A — A tentativa de restrição pelo juiz... .. 158
  - B — As tentativas de abafamento por via de lei. ... .. 167

#### SECÇÃO IV

*Os direitos políticos* .. ... .. 185

- § 1. Filiação num partido político .. ... .. 186
- § 2. A participação na vida política ... .. 187

<b>TÍTULO II</b>	
<b>OBRIGAÇÕES DO FUNCIONÁRIO</b>	<b>191</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>193</b>
<b>SECÇÃO I</b>	
<i>O conceito de Estado e as obrigações dos funcionários</i>	193
§ 1. A soberania da nação, fonte ideal das obrigações	194
A — A soberania da nação, ficção necessária ...	195
B — O interesse geral, ficção indispensável ... ..	196
<b>SECÇÃO II</b>	
<i>A classificação das obrigações ...</i>	<b>205</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>DEFINIÇÕES</b>	<b>207</b>
<b>SECÇÃO I</b>	
<i>Os critérios</i>	<b>207</b>
<b>SECÇÃO</b>	
<i>Neutralidade e imparcialidade... .</i>	<b>209</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A OBRIGAÇÃO DO SERVIÇO ...</b>	<b>213</b>
§ 1. O agente e o exercício obrigatório das suas funções ... ..	213
A — Modalidades de exercício das competências...	213
B — Abandono do lugar ... ..	215
§ 2. O agente e a continuidade do serviço... ..	215

<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>A OBRIGAÇÃO DE CONTINUAR AO SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO ... ..</b>	<b>217</b>

<b>SECÇÃO I</b>	
<i>Natureza e conteúdo do compromisso</i>	218

<b>SECÇÃO II</b>	
<i>Condições e consequências da ruptura ...</i>	221
§ 1. As condições da ruptura ... ..	221
A — Ruptura durante os estudos ...	221
B — Ruptura no fim da escolaridade	222
C — Ruptura durante a carreira ...	223
§ 2. Consequências da ruptura ... ..	223
A — Montante do reembolso ... ..	223
B — Modalidades do reembolso... ..	224

<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>A OBRIGAÇÃO DE SERVIR NO LUGAR DA COLOCAÇÃO... ..</b>	<b>225</b>
§ 1. Definição ... ..	225
§ 2. A obrigação real de residência ... ..	225
A — A aplicação do princípio ... ..	225
B — Os poderes da Administração em matéria de colocações... ..	226
C — As transferências ... ..	228

<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>A OBRIGAÇÃO DE OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA</b>	

<b>SECÇÃO I</b>	
<i>As origens da obediência hierárquica ... ..</i>	<b>231</b>
A — Necessidade do poder hierárquico ... ..	233
B — As modalidades do império administrativo ...	235
C — As modalidades de obediência e a acção profissional ... ..	

## SECÇÃO II

<i>Os limites da obediência hierárquica</i> ... .. .	242
§ 1. O princípio da legalidade ... .. .	243
A — O critério penal de responsabilidade pessoal do agente ... .. .	244
B — A noção de «ordem manifestamente ilegal»	247
C — O critério da obediência em períodos de crise	249
§ 2. Relação entre a obediência e a natureza das funções ... .. .	250
A — Os critérios de obediência e a independência de certos corpos de funcionalismo ... .. .	250
B — Os critérios de obediência e a dependência de certos corpos de funcionalismo ... .. .	251
§ 3. A reserva no serviço, elemento da obediência hierárquica ... .. .	255
A — A posição do agente na Administração ... .. .	255
B — A natureza do serviço ... .. .	257

## CAPÍTULO VII

A OBRIGAÇÃO DE DESINTERESSE.	263
------------------------------	-----

### SECÇÃO I

<i>A extensão da obrigação</i> ... .. .	263
§ 1. O estatuto geral dos funcionários ... .. .	263
A — O desinteresse do funcionário do activo ... .. .	264
B — O desinteresse depois da cessação de funções	266
§ 2. O delito de ingerência ... .. .	268

### SECÇÃO II

<i>As faltas à obrigação de desinteresse</i>	269
§ 1. Actuações do funcionário ... .. .	269
A — A parcialidade ... .. .	269
B — O tráfico de influências... .. .	270

§ 2. Actuações a respeito do funcionário	270
A — A corrupção ... ..	271
B — A concussão ... ..	273

### CAPÍTULO VIII

<b>O SEGREDO PROFISSIONAL E A RESERVA</b>	<b>277</b>
---	------------

#### SECÇÃO I

<i>O segredo profissional...</i>	277
§ 1. O segredo profissional, obrigação penalmente sancionada ... ..	278
§ 2. As derrogações à obrigação do segredo profissional ... ..	279
A — As derrogações legais ... ..	279
B — As derrogações consuetudinárias ... ..	282

#### SECÇÃO II

<i>A obrigação de reserva</i> ... ..	283
I — Elementos gerais .. ..	283
II — A substância da noção de reserva ... ..	285
A — A reserva e a lealdade... ..	286
B — A reserva e a liberdade de expressão	290
III — A extensão da obrigação de reserva ... ..	293

### CAPÍTULO IX

<b>ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO DISCIPLINAR</b> ... ..	<b>295</b>
---	------------

#### SECÇÃO I

<i>Características gerais da delinquência de funcionários e do direito disciplinar</i> ... ..	295
§ 1. A delinquência do funcionário ... ..	295
§ 2. O direito disciplinar... ..	295
A — Direito penal e direito disciplinar ... ..	295
B — A jurisdição do direito disciplinar... ..	297

SECÇÃO II	
<i>A participação dos funcionários na elaboração do direito disciplinar</i> ... ..	298
CAPÍTULO X	
<b>AS MODALIDADES DAS SANÇÕES.</b>	<b>301</b>
SECÇÃO I	
<i>A suspensão provisória</i>	302
SECÇÃO II	
<i>Enumeração das sanções</i> ...	303
§ 1. Agentes titulares ... ..	303
§ 2. Agentes não titulares	304
SECÇÃO III	
<i>Princípios directores das sanções</i> ... ..	304
A — Necessidade de pertencer à instituição ...	304
B — Motivação da sanção ... ..	306
C — Características ... ..	306
CAPÍTULO XI	
<b>PRINCÍPIOS DO DIREITO DE DEFESA</b>	<b>309</b>
SECÇÃO I	
<i>A comunicação do processo</i> ... ..	309
§ 1. O art. 65.º da lei de 22 de Abril de 1905 e os textos subsequentes ... ..	309
§ 2. A evolução da jurisprudência ... ..	311
A — Alargamento do campo de acção dos textos	311
B — Medidas que ficam fora do campo de aplicação dos textos ... ..	312

§ 3. As obrigações da Administração ... ..	312
A — Modalidades da comunicação do processo	313
B — Composição do processo comunicado ...	315
§ 4. Derrogações às obrigações da Administração	316

## SECÇÃO II

<i>Os órgãos de consulta e decisão ...</i>	317
§ 1. Os diversos conselhos disciplinares ... ..	317
A — Composição ... ..	317
B — Recusa de membros do Conselho Disciplinar	318
§ 2. Funcionamento do Conselho Disciplinar. Processo	318
A — Presidência e <i>quórum</i> ... ..	318
B — O processo ... ..	319
C — Convocação e comparência ... ..	320
D — Audição de testemunhas ... ..	321
E — Defensores ... ..	321
F — Exame dos factos ... ..	322
G — Parecer do Conselho ... ..	322
H — Suspensão do procedimento ... ..	323
I — Prazos... ..	323

## CAPÍTULO XII

<b>RECURSOS DISCIPLINARES E AMNISTIAS</b>	325
---	-----

### SECÇÃO I

<i>As vias de recurso</i>	325
§ Os recursos administrativos ... ..	326
A — Recursos gratuitos e hierárquicos... ..	326
B — Recurso perante o Conselho Superior	326
§ 2. Os recursos contenciosos ...	327
A — Princípio ... ..	327
B — Contencioso da anulação	327

SECÇÃO II

<i>A amnistia de sanções disciplinares</i>	330
I — A amnistia administrativa ...	330
II — A amnistia de direito comum	331
III — O perdão e a reabilitação ...	332

SECÇÃO III

<i>Consequências da amnistia e da anulação contenciosa das sanções administrativas</i> ... ..	333
§ 1. A reintegração no quadro ... ..	333
§ 2. A reconstituição da carreira ... ..	335
§ 3. Os direitos à pensão ... ..	336